

DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRÃO (PR)

Ana Lucia Kraiewski

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: aluciakr@gmail.com

Ana Patricia Pires Nalesso

Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

E-mail: apatriciapn@uel.br

RESUMO

Este artigo procura identificar e compreender a condição de desproteção/proteção vivenciada em um município de médio porte da região sudoeste do Paraná, buscando desmistificar a proposição de que o acesso a benefícios sociais traz acomodação. A pesquisa é de caráter bibliográfico de fonte secundária e utiliza dados vinculados a fatores que ajudam a explicar essas desigualdades, como emprego, renda e mudanças demográficas, especialmente relacionadas à transição da fecundidade. A leitura dos dados permite apoiar o planejamento, o diagnóstico e a avaliação das políticas públicas, além de orientar ações de proteção social voltadas à redução das desigualdades. Nessa perspectiva, os indicadores sociais oferecem informações que, quando analisadas tanto objetivamente quanto subjetivamente, contribuem para reconhecer quais contextos favorecem a proteção social e onde persistem situações de vulnerabilidade. A escolha pelo município de Francisco Beltrão (PR) está relacionada à presença de um campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), favorecendo a aproximação com a realidade local e permite construir caminhos para pesquisas futuras em outras regiões do estado. As informações levantadas revelam como a desigualdade social se manifesta no território e como o uso qualificado dos dados pode direcionar políticas públicas mais alinhadas às demandas sociais, fortalecendo programas, projetos e serviços voltados ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades.

Palavras-chave: Proteção Social. Indicadores Sociais. Vulnerabilidade Social. Políticas Públicas.

SOCIAL INEQUALITY: AN ANALYSIS OF DATA FROM THE CADASTRO ÚNICO IN THE MUNICIPALITY OF FRANCISCO BELTRÃO (PR)

ABSTRACT

This article analyses data from the Cadastro Único in the municipality of Francisco Beltrão (PR), aiming to understand situations of social protection and lack thereof within the context of inequality. The research is bibliographic in nature and uses data related to factors that help explain these inequalities, such as employment, income, and demographic changes, particularly those linked to the fertility transition. The analysis of this data supports the planning, diagnosis, and evaluation of public policies, as well as guiding social protection actions aimed at reducing inequalities. From this

perspective, social indicators provide information that, when examined both objectively and subjectively, help identify contexts that promote social protection and those where situations of vulnerability persist. The choice of Francisco Beltrão (PR) is linked to the presence of a campus of the State University of Western Paraná (Unioeste), which facilitates closer contact with the local reality and enables the development of future research in other regions of the state. The findings show how social inequality manifests in the local context and how the qualified use of data can guide public policies more aligned with social demands, strengthening programmes, projects, and services aimed at tackling poverty and social inequalities.

Keywords: Social Protection. Social Indicators. Social Vulnerability. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil os diferentes municípios possuem especificidades que os caracterizam, mas a presença da desigualdade social é uma constante. Essa desigualdade inalienável, até o momento, das sociedades contemporâneas, é historicamente determinada, e se consolida no modelo de sociabilidade construída na ordem capitalista, que tem como base a exploração do trabalho. A desigualdade social se intensifica com a efetivação dos ajustes neoliberais em curso a partir da década de 1970. Como coloca Netto (1996) o mundo do trabalho se reordenou, passa a prevalecer a instabilidade e o constante aumento do número de pessoas lançadas a condição de desemprego. As inovações do campo do trabalho em tempos de neoliberalismo geraram a precarização da vida da maioria da população que depende do trabalho para garantir sua sobrevivência. A essa condição soma-se a imposição de um “Estado mínimo para o trabalhador”, com redução dos direitos sociais e com políticas sociais minguadas. Temos então em todo mundo a precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

No Brasil, a partir de 1990, passamos a vivenciar mais intensamente os ajustes neoliberais e suas consequências, destacamos que no campo da política social a constituição Federal de 1988, foi um alento, no entanto como apontam Behring e Boschetti (2011) não impediram que nossas políticas sociais se consolidassem tendo como características a privatização, focalização e descentralização. De fato, temos a desresponsabilização do Estado no que tange à proteção social e o resfriamento de sua intervenção no campo das políticas sociais que limita o acesso a bens e serviços

públicos de qualidade o que aumenta a condição de desproteção que grande parte da população.

Destacamos que esse encolhimento da intervenção pública se torna, para muitos, palatável, pois o neoliberalismo, reforça o discurso sobre a incompetência do Estado e efetiva a desqualificação da coisa pública (Boron, 1994). Esse processo de intensas críticas aos serviços públicos, ao direitos sociais, ao “tamanho do Estado” contribui para alimentar o imaginário do senso comum que as pessoas que se beneficiam das políticas públicas são vagabundas, incompetentes por não conseguirem garantir só sobreviver, esse discurso desqualifica toda o processo de conquista dos direitos sociais, aprofunda preconceitos e reforça no campo das relações sociais as consequências das desigualdades econômicas, sendo fundamental construir narrativas fundamentadas que combatam tais proposições.

Diante deste contexto o presente artigo se propõe a trazer para o centro da discussão da proteção social dados que nos permitam identificar e compreender a condição de desproteção/proteção vivenciada em um município de médio porte da região sudoeste do Paraná, buscando desmistificar a proposição de que o acesso a benefícios sociais traz acomodação. Nesse caminho priorizamos a Política de Assistência Social, por ser, dentro do tripé da seguridade social, a política que se destina “a quem dela precisar” portando é a política social que tem como usuário pessoas e famílias em maior condição de vulnerabilidade social.

A escolha de focarmos nosso olhar para uma realidade local ocorre por entendermos que é nesse espaço geográfico que os programas e as políticas públicas pulsam, é no município que ocorre o atendimento direto à população usuária da Política de Assistência Social e onde de fato desigualdade social ganha materialidade na vida cotidiana.

Após a sistematização do referencial teórico passaremos à realização do trabalho de coleta de dados, de acordo com Minayo, “constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele” (MINAYO, 1994, p. 105). É neste momento que recortamos o espaço onde

investigamos e exploramos as questões teóricas juntamente com os dados coletados. Júnior; Júnior nos mostra a importância dos momentos da pesquisa:

O ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. No segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e, em um terceiro momento da pesquisa, o objetivo do pesquisador é conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação. (BRITTO; JÚNIOR, 2011, p.239)

Neste sentido, escolhemos tecer nossas considerações a partir dos dados do município de Francisco Beltrão (PR) principalmente por ser onde está localizado um campus da Universidade Estadual do Oeste Paraná (Unioeste). Este município é considerado de médio porte para a Política Nacional de Assistência Social, pois está dentro da faixa de 100.001 a 900.000 habitantes. Nossa escolha também considerou que o município apresenta diversidade econômica e posição de destaque regional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) alcançando um IDHM de 0,774 (2010) o segundo melhor da região e foi apontado neste ano de 2025 pelo Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹ como uma das 5 melhores cidades do Paraná no que refere a índices de emprego /renda, saúde e educação

O caminho percorrido priorizou o acesso a dados públicos disponíveis em diferentes plataformas. Nas últimas décadas, no bojo da descentralização na prestação de serviços sociais das instâncias federal e estadual para as prefeituras, alguns órgãos públicos vêm disponibilizando os dados de seus cadastros para outras finalidades que não somente o controle administrativo ou registro legal para o qual foram idealizados. Com isso, possibilitam construir novos indicadores para monitoramento de programas e formulação de políticas sociais, especialmente em âmbito municipal. (Jannuzzi, 2001, p.51).

¹ Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ranking da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjam), coloca Curitiba, Maringá, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão no top 10 de municípios brasileiros com os melhores índices em emprego e renda, saúde e educação.

Dessa maneira, a pesquisa de caracteriza como quanti-qualitativa, visto que o olhar e a preocupação com o tema proposto não seriam possíveis somente quantificar, e a necessidade de interrelacionar propriedades do objeto. De acordo com Godoy, a pesquisa qualitativa:

(...) hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Partindo de questões amplas que vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, no entanto, ser conduzido através de diferentes caminhos. (GODOY, 1995, p. 21)

Assim, realizaremos uma pesquisa de coleta de dados de cunho exploratório, que segundo Lakatos; Marconi:

Exploratórios - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtém-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.188)

O presente estudo, se configura em uma pesquisa de fonte secundária, na qual primeiramente realizamos uma revisão de referências sobre temas desigualdade, proteção desproteção social, indicadores sociais para então passarmos a selecionar as plataformas e coletar os dados. As plataformas escolhidas foram Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), Observatório do Cadastro Único da Secretaria de Avaliação,

Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e o Relatório de Informações Sociais da SAGICAD. Em seguida os dados foram trabalhados e analisados.

Os dados que subsidiam de forma significativas análises aqui desenvolvidas foram as que buscamos no cadastro único através do Relatório de Informações Sociais da SAGICAD e no índice de vulnerabilidade das famílias do cadastro único (ivcad) através do Observatório do Cadastro Único da SAGICAD uma vez que acreditamos que pensar desigualdade social, a partir dos dados do cadastro único traz à luz estatísticas necessárias para as políticas públicas poderem ser avaliadas e aprimoradas

O Cadastro Único, enquanto ferramenta da política de assistência social representou, e em grande medida ainda representa, um avanço significativo na perspectiva de coleta de dados, sistematização das informações e unificação de uma base de dados dos cidadãos que necessitam acessar os programas sociais.

Analisar de forma sistematizada tais dados nos permite progredir no diálogo entre os territórios, usuários das Políticas Públicas, em especial da Assistência Social e a vigilância socioassistencial uma vez que a avaliação dos impactos das políticas sociais pode ser realizada por meio de indicadores sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

O Cadastro Único (CadÚnico), instituído pelo Decreto nº 3.877/2001, tem como finalidade concentrar as políticas sociais do Governo Federal, sendo o principal instrumento para identificação e seleção de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Trata-se do principal sistema de informações sobre famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, subsidiando políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, especialmente na área da assistência social (BRASIL, 2001).

A responsabilidade pela coleta e atualização dos dados no CadÚnico cabe às prefeituras municipais, que devem realizar visitas domiciliares em 20% das famílias

cadastradas. O sistema reúne dados detalhados, como idade, renda per capita, condições do domicílio, acesso a serviços básicos, infraestrutura urbana, entre outros, fornecendo um retrato preciso da vulnerabilidade social local (Gonçalves; Barreto e Martins, 2024).

O CadÚnico tem papel fundamental na gestão de programas sociais voltados para a redução da pobreza e desigualdade social, permitindo a identificação das necessidades específicas dos territórios. Isso é especialmente relevante diante da histórica concentração de renda e propriedade no Brasil, onde, diferentemente de países com renda per capita similar que apresentam cerca de 10% de pobres, aproximadamente 30% da população brasileira vive em situação de pobreza, sendo cerca de 55 milhões de pessoas, das quais 22 milhões em extrema pobreza (Weissheimer, 2006).

Nesse contexto, os programas de transferência de renda, como o PBF, têm como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais, atuando em conjunto com políticas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Apesar dos desafios impostos por instituições democráticas ainda recentes e frágeis, essas ações representam avanços importantes para as populações vulneráveis (Weissheimer, 2006).

O Programa Bolsa Família destaca-se como uma política intersetorial que articula saúde, educação e assistência social, promovendo a inclusão de famílias historicamente excluídas do acesso a serviços públicos. Conforme Weissheimer (2006), mesmo pequenos avanços de renda têm impacto significativo na vida de pessoas em extrema pobreza.

O PBF atua localmente por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, que utiliza os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como porta de entrada para os serviços socioassistenciais (Cohn, 2013). Nesse sentido, o CadÚnico tornou-se um importante banco de dados social, fundamentado no PBF, que viabiliza o planejamento e a implementação de diversas políticas públicas (Paiva; Falcão e Bartholo, 2013).

Além do PBF, o CadÚnico serve de base para programas como Minha Casa Minha Vida, Programa Bolsa Verde, PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros, ampliando sua abrangência e importância para a inclusão social (Camargo, 2013).

A análise da desigualdade social requer a compreensão de que o problema transcende a mera insuficiência de renda, englobando dimensões materiais, políticas e subjetivas. A exclusão social é um processo complexo e multifacetado, intrinsecamente relacionado à inclusão, conforme apontado por Sawaia (2008). No contexto regional, em especial em municípios de pequeno e médio porte, comuns no Paraná, torna-se imprescindível analisar a desigualdade social como resultado da ação humana, muitas vezes institucionalizada por convenções sociais e políticas, conforme a distinção de Rousseau (1989) entre desigualdade natural e desigualdade moral ou política.

Esse cenário é amplificado pelo sistema econômico vigente, que, segundo Lênin (1983), expressa antagonismos de classe inconciliáveis, os quais se refletem na atuação do Estado. A extrema desigualdade social no Brasil e no Paraná evidencia as dificuldades enfrentadas para a consolidação plena do processo democrático e a superação das práticas excludentes.

2.1 Análise da Estrutura Socioeconômica e da Desigualdade Social em Francisco Beltrão (PR)

O município de Francisco Beltrão, localizado na região sudoeste do Estado do Paraná, apresenta um perfil demográfico predominantemente urbano, concentrando aproximadamente 87% de seus 101.302 habitantes em áreas urbanas, enquanto cerca de 13% residem na zona rural (IBGE, 2024). Tal configuração demográfica caracteriza um município de médio porte com significativa urbanização, o que influencia diretamente a organização socioeconômica local.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL; IBGE, 2024), a renda média dos trabalhadores formais em Francisco Beltrão

corresponde a aproximadamente 2,3 salários mínimos. A taxa de ocupação formal registrada em 2022 é de 40,89%, revelando que menos da metade da população encontra-se empregada em regime formal, situação que pode indicar uma vulnerabilidade econômica relevante e limitações quanto ao acesso a empregos com garantias trabalhistas e benefícios sociais (BRASIL; IBGE, 2024).

Complementando essas informações, dados obtidos da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SagiCad, indicam que, em maio de 2025, existiam 11.263 famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), instrumento fundamental para a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social e para o acesso a programas sociais federais e municipais. Destas, 1.769 famílias estavam em situação de pobreza, 2.851 em situação de baixa renda e 6.643 com renda *per capita* mensal superior a meio salário mínimo (SAGI, 2025).

No que tange às pessoas cadastradas, o número total registrado foi de 27.215 indivíduos, dos quais 4.606 estavam em situação de pobreza e 8.593 em condição de baixa renda, configurando um contingente expressivo de pessoas em vulnerabilidade econômica (SAGI, 2025). Este cenário indica que uma parcela considerável da população local enfrenta dificuldades socioeconômicas significativas, o que pode refletir em desigualdades no acesso a bens e serviços essenciais.

Quanto à transferência de renda, o município de Francisco Beltrão possuía, no mesmo período, cerca de 2.216 famílias e 6.503 pessoas cadastradas para o recebimento do Programa Bolsa Família, com um benefício médio mensal de R\$ 646,20. Além do Bolsa Família, são distribuídos outros benefícios sociais, tais como BRC² (6.503 famílias), BCO³ (1.933 famílias), BPI/BPF⁴ (1.410 famílias), e BET⁵ (9 famílias), além de benefícios destinados a gestantes (BGV, 115), nutrízes (BVN, 61), crianças (BV, 1.623) e adolescentes (BVA, 294) (SAGI, 2025).

² Benefício de Renda Continuada

³ Benefício de Combate à Pobreza

⁴ Benefícios Previdenciários e Familiares

⁵ Benefício Emergencial Transitório

Os dados apresentados são públicos e acessíveis em níveis nacional, estadual e municipal. Destaca-se, nessas informações, a proporção entre o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e o total de pessoas que compõem essas famílias, ou seja, o cálculo que permite determinar o tamanho médio dessas famílias — quantas pessoas, em média, vivem em cada família que recebe o benefício.

No município de Francisco Beltrão há 2.216 famílias cadastradas e 6.503 pessoas beneficiadas, assim, a relação entre esses números indica que, em média, cada família beneficiária é composta por cerca de cinco pessoas. Essa relação é importante porque revela o perfil familiar dos beneficiários, o que ajuda a entender a demanda por recursos e a dimensão do impacto social do programa naquele município (BRASIL; IBGE, 2024).

Essa média indica que as famílias beneficiárias geralmente são formadas por grupos relativamente numerosos, o que reforça a necessidade e a importância do benefício para o atendimento das necessidades básicas dessas populações. As famílias com maior número de integrantes apresentam demandas mais amplas por recursos para saúde, educação, alimentação e moradia, tornando as políticas de transferência de renda fundamentais para a redução das desigualdades sociais e econômicas locais. Assim, a análise desse dado contribui para a compreensão do perfil socioeconômico dos beneficiários e subsidia o planejamento e a implementação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas (Gonçalves; Barreto e Martins, 2024).

A presença significativa desses programas sociais evidencia o esforço municipal em mitigar os efeitos da desigualdade social, contudo, também evidencia que a pobreza e a baixa renda ainda são realidades marcantes na região. A coexistência de uma parcela substancial da população em emprego formal e outra igualmente significativa em situação de vulnerabilidade socioeconômica demonstra a complexidade do desafio enfrentado por políticas públicas voltadas à inclusão social (Lopes e Ferreira, 2024).

Assim, a análise dos dados aponta para a necessidade de fortalecer as políticas públicas de geração de emprego formal, qualificação profissional e ampliação da

proteção social, com vistas a promover a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população de Francisco Beltrão (IBGE, 2024; SAGI, 2025).

2.2 Análise Socioeconômica das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Francisco Beltrão (PR)

O Programa Bolsa Família (PBF), desde sua implementação, tem sido alvo de diversos mitos e preconceitos. Entre os mais recorrentes está a suposição de que as famílias beneficiárias tendem a aumentar sua prole para obter maior volume de recursos provenientes do programa. Contudo, pesquisas robustas desconstróem essa narrativa, demonstrando que a realidade dos beneficiários é substancialmente diferente do senso comum (Passos et al., 2024).

Na coletânea Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania, organizada por Tereza Campello e Marcelo Côrtes Neri (2013), é apontado que um dos principais mitos sobre o programa é a crença de que ele estimula o aumento da natalidade nas famílias beneficiárias. Contrariando tal entendimento, os dados demonstram que "As mulheres beneficiárias ampliaram o uso de métodos contraceptivos, o declínio da fecundidade continua e tem sido maior entre os mais pobres e nos estados com maior cobertura do PBF." (Campello, 2013, p. 13)

Corroborando essa constatação, Alves e Cavenaghi (2013) demonstram que não há diferença estatística relevante no comportamento reprodutivo entre mulheres beneficiárias e não beneficiárias "Estudos acadêmicos mostram que, na prática, o PBF não tem provocado o aumento do número de filhos das famílias beneficiadas." (Alves; Cavenaghi, 2013, p. 42)

Ainda segundo os autores, observa-se um processo de convergência nas taxas de fecundidade entre diferentes grupos sociais. A redução tem sido mais acentuada justamente entre os mais pobres, "A história está repleta de exemplos de que a cidadania é o melhor contraceptivo e que a efetiva autodeterminação reprodutiva contribui para o processo de mobilidade social ascendente" (Alves; Cavenaghi, 2013, p. 42).

Portanto, o argumento de que o PBF incentiva o aumento da fecundidade carece de qualquer respaldo empírico e científico. Importante destacar o perfil das Famílias Cadastradas em Francisco Beltrão (PR), onde, a análise dos dados do Observatório do Cadastro Único (2023) revela que as famílias beneficiárias no município possuem, em média, cinco integrantes, o que reflete características socioeconômicas associadas às famílias em situação de vulnerabilidade (SAGI, 2025).

Observa-se predominância significativa de mulheres como responsáveis familiares, sendo 9.120 mulheres contra 1.864 homens. Esse dado está alinhado com a orientação do programa, que prioriza a titularidade feminina no cadastro, como estratégia para fortalecer a autonomia econômica das mulheres e mitigar situações de violência doméstica (SAGI, 2025).

Além disso, a literatura confirma que grande parte das famílias é composta por arranjos monoparentais femininos, onde “Quanto aos arranjos familiares dos beneficiários do programa, verificou-se que a maior parte se constitui como monoparental feminino (42,2%), seguido por casal com filhos (37,6%).” (Camargo et al., 2013, p. 31)

Além disto, os dados do Cadastro Único de 2025 no município de Francisco Beltrão indicam a seguinte distribuição da atividade de trabalho principal entre os cadastrados, pessoas empregadas com carteira assinada: 6.227; trabalhadores por conta própria: 2.888 e, trabalhadores temporários na área rural: 223 pessoas.

Esse panorama evidencia que a maioria dos indivíduos cadastrados se encontra inserida no mercado de trabalho formal. Esse dado confronta diretamente outro mito frequentemente difundido — o suposto desestímulo ao trabalho gerado pelos programas de transferência de renda (Gonçalves; Barreto e Martins, 2024).

Oliveira e Soares (2013) refutam veementemente essa tese, dizendo que “Não há indícios claros de que as transferências sejam grandes desencorajadores da oferta de trabalho.” (p. 57) e, ainda reforçam que “Quando se encontra algum efeito deste tipo, é pequeno, localizado em grupos nos quais é menos indesejado socialmente e incapaz de compensar os benefícios da política e sua excelente focalização.” (p. 57)

Desta forma, os dados indicam que a população cadastrada não busca o benefício como substituto do trabalho, mas sim como complemento necessário diante da insuficiência dos rendimentos no contexto de profundas desigualdades sociais.

2.3 Análise do IVCAD no Município de Francisco Beltrão (PR)

O Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) constitui-se como um instrumento analítico relevante para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no âmbito da assistência social. Esse índice é calculado sobre uma escala que varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 representam maior situação de vulnerabilidade social, enquanto valores próximos de 0 indicam menor vulnerabilidade (Lopes e Ferreira, 2024).

No município de Francisco Beltrão (PR), o IVCAD registrado foi de 0,261, calculado a partir de um universo de 11.138 famílias e 26.938 pessoas, correspondendo a 27,9% da população local, segundo os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022. Esse dado, embora sugira uma vulnerabilidade relativamente controlada, não pode ser interpretado de maneira isolada, tampouco deve ocultar as desigualdades estruturais presentes no território.

O IVCAD é composto por seis dimensões interdependentes, que, quando analisadas de forma integrada, oferecem uma compreensão abrangente da situação social das famílias cadastradas, são elas: (1) Necessidade de Cuidados (NC); (2) Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI); (3) Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA); (4) Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA); (5) Disponibilidade de Recursos (DR) e, (6) Condições Habitacionais (CH).

No que diz respeito a Necessidade de Cuidados (NC), o índice avalia a presença de pessoas no domicílio que demandam cuidados permanentes, como idosos, pessoas com deficiência ou doenças incapacitantes. Essa dimensão revela a sobrecarga, especialmente feminina, nas funções de cuidado, historicamente atribuídas às mulheres (Lopes e Ferreira, 2024).

Quanto ao Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI), se considera as condições que impactam o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. Inclui acesso à educação infantil, nutrição, saúde e condições que garantam o desenvolvimento físico, cognitivo e socioafetivo adequado, em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) e das Diretrizes Nacionais da Primeira Infância (Araújo et al., 2021; Passos et al., 2024).

Já quanto ao Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA), se avalia a permanência escolar, acesso à educação de qualidade, segurança no território e políticas protetivas, fundamentais para a prevenção de situações como o trabalho infantil, a evasão escolar e a violência (Araújo et al., 2021).

Enquanto isto, no quesito de Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA), há a aferição do grau de inserção no mercado de trabalho e o acesso a processos de qualificação profissional. Apesar dos dados mostrarem um número relevante de pessoas com vínculo formal — 6.227 empregados com carteira assinada —, observa-se também um contingente significativo de trabalhadores por conta própria (2.888) e trabalhadores temporários na área rural (223), o que indica fragilidades na formalização, estabilidade e proteção social desses vínculos, como bem discute Castel (1998) sobre a vulnerabilidade vinculada à precarização do trabalho.

Acerca da Disponibilidade de Recursos (DR), este índice reflete o acesso da família à renda, a programas de transferência de renda, à segurança alimentar, bem como à estabilidade econômica mínima para garantir padrões dignos de vida. Mesmo com a inserção laboral, a persistência de famílias cadastradas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo revela que o trabalho, por si só, não tem sido suficiente para romper com os ciclos de pobreza (Lopes e Ferreira, 2024).

E por fim, sobre as Condições Habitacionais (CH), engloba-se o acesso a moradia adequada, abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo e energia elétrica, que são determinantes sociais da saúde e do bem-estar. A precariedade habitacional permanece como um dos desafios estruturantes, especialmente nas famílias em situação de pobreza (Lopes e Ferreira, 2024; Passos et al., 2024).

A partir dos dados já inseridos na pesquisa, a análise do IVCAD no município de Francisco Beltrão, embora revele um índice relativamente baixo (0,261), não significa ausência de vulnerabilidade. Ao contrário, demonstra que parte significativa da população se encontra sob diferentes formas de risco social, em especial nas dimensões que extrapolam o mero acesso à renda, como acesso à educação de qualidade, saúde, moradia digna e suporte para as atividades de cuidado.

É importante destacar que o dado positivo no eixo Trabalho e Qualificação de Adultos, com expressiva quantidade de trabalhadores formais, refuta a tese do chamado “efeito preguiça” associada aos programas de transferência de renda, como discutido por Oliveira e Soares (2013). Estes autores, a partir de extensa análise empírica, demonstram que não há evidências robustas de que o Programa Bolsa Família ou outros programas similares desincentivem o trabalho formal ou a busca por emprego.

Ademais, a alta proporção de mulheres cadastradas (9.120 mulheres frente a 1.864 homens) reforça um padrão historicamente consolidado na política de assistência social brasileira, em que recai sobre as mulheres a responsabilidade pelo cuidado familiar e pela busca ativa por acesso às políticas públicas. Essa realidade está diretamente conectada às discussões de gênero e divisão sexual do trabalho, onde o cuidado não é apenas uma função social, mas também um marcador de desigualdade estrutural.

Por fim, é necessário que se compreenda que, embora os programas de transferência de renda e os serviços socioassistenciais desempenhem papel fundamental na mitigação da pobreza, os limites impostos pelas faixas de renda (como o critério de R\$ 218,00 per capita) não são capazes de abarcar toda a complexidade e multifacetamento da pobreza contemporânea, como bem analisado por Eduardo Suplicy (2002), defensor da Renda Básica de Cidadania como proposta de garantia universal e incondicional de subsistência digna.

Portanto, a leitura dos dados do IVCAD não pode ser descolada da análise crítica sobre as desigualdades sociais, econômicas e de gênero, exigindo dos gestores públicos, pesquisadores e da sociedade civil a constante reflexão sobre a

necessidade de reformulação dos critérios de acesso, ampliação da proteção social e fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que garantam efetivamente o direito à dignidade humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para a realidade local no sentido de capturar elementos referentes a condição de desigualdade social é desafiador, mas extremamente instigante e necessário à medida em que é de posse dessas informações que a proteção social pública pode ser organizada de forma efetiva na direção da satisfação das necessidades da população.

O estudo apresentado nos permitiu asseverar a validade dos instrumentos públicos disponíveis para o acesso, captura e análise dos dados referente a condição de vida da população usuária da política de assistência social. O CadÚnico é uma ferramenta valiosa para a vigilância socioassistencial e, por conseguinte para o planejamento de políticas sociais.

Ao nos aproximarmos dos dados do município de Francisco Beltrão foi possível observarmos que os trabalhadores assalariados do município recebem o equivalente à média nacional que é de aproximadamente de 2 salários mínimos, no entanto ganha destaque o fato o alto número de pessoas em trabalhos informais, apenas 40,89% estão inseridas no mercado de trabalho formal. Os dados também nos mostraram que mesmo as pessoas inseridas no mercado de trabalho precisam buscar a serviços de proteção social do Estado, uma vez que a maioria das pessoas do CadÚnico referem estar trabalhando formalmente.

Esses dados nos sugerem que para além das pessoas em situação de pobreza a renda de parcela da população não é suficiente para garantir o acesso a bens e serviços necessários a vida cotidiana no município, indicando a necessidade de políticas que favoreçam serviços que desonerem os gastos das famílias com a sobrevivência, a exemplo de políticas habitacionais robustas, serviços de educação integral, acesso a serviços de saúde de qualidade.

Destacamos também que embora o município seja apontado como um dos melhores para se viver no Brasil, existem grandes vazios protetivos, uma vez que os dados revelam o número alto de pessoas em situação de pobreza, aproximadamente 13% da população do município se encontra em situação de vulnerabilidade social ou seja, a pobreza ainda é um fator de alerta para o município apontando a necessidade de ampliar e qualificar a proteção social do Estado.

Importante destacar que observamos a prevalência de responsáveis pelo benefício sendo as mulheres, ou seja, o debate de gênero permeia as discussões sobre a proteção social, pois, traz à tona que as mulheres são as principais responsáveis pela busca de sobrevivência de suas famílias e precisam também ser priorizadas no planejamento das ações protetiva.

Por fim, destacamos que os dados do município vem em ao encontro dos estudos realizados a nível nacional sobre a desmistificação de mitos sobre o PBF, como ao aumento do número de filhos para receber o benefício, os dados de Francisco Beltrão mostraram que a fecundidade vem diminuindo também entre as famílias que são beneficiárias do Bolsa Família , e ainda que o acesso aos benefícios sociais não afastam ou desestimulam as pessoas a buscar trabalho, como já elucidamos os benefícios são muitas vezes a única forma de sobrevivência ou mesmo um recurso complementar a renda insuficiente, assim empiricamente com o usos dos dados mitos e preconceitos em relação as policias pública e seus beneficiários não se sustentam .

Destacamos que o diálogo com os dados precisa ser continuo no planejamento e monitoramento na proteção social, mas somente ter os dados não é suficiente. Conhecer a condição do movimento do real implica também em quais dados serão capturados e qual referencial teórico sustentará a análise pois esse processo pode garantir uma leitura mais, ou menos próxima do real e a direção da organização da proteção social se sustenta também em decisões políticas, em escolhas em defesa ou não dos diretos da população subalternizada.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGH, Suzana. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 41-42.

ARAÚJO, Fábio Resende; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de.; BRITO, Renatha Celiana da Silva. A implementação do Programa Bolsa Família: revisão de literatura. Emancipação, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 21, p. 1–20, 2021. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2114655.017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/14655>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORON, Atílio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. Decreto n. 3.877 de 24 de julho 2001. Diário Oficial da União de 25/07/2001, p.68, 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3877&ano=2001&ato=06akXQU90MNpWT145>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Francisco Beltrão. 2024. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/francisco-beltrao/panorama>. Acesso em 15/06/2025

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Francisco Beltrão. 2024. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/francisco-beltrao.html>. Acesso em 30 jul. 2025.

BRITTO JÚNIOR Álvaro Francisco de; JÚNIOR Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; LICIO, Elaine Cristina; MOSTAFA, Joana. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 31.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013, p. 15-24.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, Vozes, 1998.

COHN Amélia. Desafios de uma Trajetória de Êxito: Dez Anos do PBF. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. P. 455-466.

GODOY, Arilda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, Marilene Parente; BARRETO, Ketnen Rose Medeiros; MARTINS, Valter. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. Princípios, [S. l.], v. 43, n. 169, p. 105–123, 2024. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/337>. Acesso em: 15 jun. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a revolução. São Paulo: Hucitec, 1983.

LOPES, Fernanda Lopes.; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. A construção da Política Pública de Assistência Social brasileira. Oikos: Família e Sociedade em Debate, [S. l.], v. 35, n. 1, 2024. DOI: 10.31423/oikos.V35i1.16017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/16017>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES, Sergei Suarez Dillon. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p. 57-58.

Observatório do Cadastro Único. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesos em: 30 mai. 2025.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago e; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. P. 25-46.

Paraná concentra 5 das 10 cidades mais desenvolvidas do Brasil, aponta estudo da Firjan. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Parana-concentra-5-das-10-cidades-mais-desenvolvidas-do-Brasil-aponta-estudo-da-Firjan>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PASSOS, Paulo; PETEAN, Gustavo Henrique; MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; BEVILACQUA, Solon. Programa Bolsa Família na perspectiva das pesquisas em administração pública: uma revisão sistemática da literatura. Revista Organizações em Contexto, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 27–59, 2024. DOI: 10.15603/2176-0985/roc.V19n38p27-59. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/organizacaoesemcontexto/article/view/53>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Relatório de Informações. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=410840&aM=0>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Ática, 1989.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: Sawaia, Bader (Org.). AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 7-13.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Relatório de Programas e Ações. Março, 2025. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?mes_pesquisa=03&ano_pesquisa=2025#bolsafamilia. Acesso em: 11 mai. 2025.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.